

Marcadores sociais e decolonialidade no contexto da mediação da informação e das práticas informacionais

Social markers and decoloniality in information mediation and informational practices

Andréa Karinne Albuquerque dos Santos

Mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas; Professora Assistente da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

E-mail: andreakarinne@gmail.com

Andréa Medeiros de Sousa Maia

Mestranda em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0575-9927>

E-mail: andreamedeirosbib@gmail.com

Gisele Rocha Côrtes

Doutora em Sociologia; Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6843-4938>

E-mail: giselerochacortes@gmail.com

Gracy Kelli Martins

Doutora em Ciência da informação; Docente Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1805-9292>

E-mail: gracykelli@gmail.com

Edvaldo Carvalho Alves

Doutor em Ciência da informação; Docente Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9484-2097>

E-mail: edvaldocalves@gmail.com

Resumo

Este artigo discute os marcadores sociais da diferença relacionados com o(a) usuário(a) da informação à luz dos conceitos de mediação da informação e protagonismo social no âmbito das práticas informacionais, a partir de uma perspectiva interseccional e decolonial. Quanto aos procedimentos metodológicos, é uma pesquisa qualitativa e descritiva, desenvolvida por meio do método bibliográfico, considerando os aspectos teóricos e conceituais que subsidiaram a discussão crítica sobre as temáticas nas áreas de Ciência da Informação e Ciências Sociais e Humanas. Conclui-se que a atuação do(a) profissional da informação, por meio de ações mediadoras direcionadas a um sujeito informacional que tem um ou mais marcadores sociais da diferença, contribui para a criação de um espaço de acolhimento à diversidade. E, por conseguinte, essa relação de alteridade possibilita a apropriação da informação, necessária para a construção de uma sociedade justa, humana e, sobretudo, protagonista de sua história, capaz de resistir à dominação da colonialidade branca e capitalista.

Palavras-chave: marcadores da diferença social; mediação da informação; protagonismo social; práticas informacionais.

Abstract

This article discusses the social markers of difference related to Information User based on the concepts of information mediation and social protagonism within the Informational Practices framework, adopting an intersectional and decolonial perspective. This descriptive bibliographical research considered the theoretical and conceptual aspects that base this critical discussion in the fields of Information Science, Social Science and Humanities. In conclusion, the performance of Information workers by means of mediating actions that target a type of information user bearing one or more social markers of difference contributes to create a scenario welcoming to diversity. Consequently, this relation of alterity enables information appropriation, which is necessary for constructing a just, human, and empowered society capable of resisting the white and capitalist coloniality domination.

Keywords: social markers of difference; information mediation; social protagonism; information practices.

1. Introdução

A abordagem social na Ciência da Informação (CI) contribuiu para o estudo dos(as) usuários(as) por meio das práticas informacionais, nas quais o(a) usuário(a) é compreendido(a) como um sujeito informacional, que interage com a informação num contexto sócio-histórico específico, numa relação intersubjetiva. Nesse sentido, os(as) profissionais da informação, que atuam em unidades de informação como bibliotecas, arquivos e museus, direcionam suas ações para dois tipos de usuários(as): o(a) efetivo(a) e o(a) potencial.

Em contraponto a essas categorias, Rabello e Almeida Júnior (2020) apresentam o conceito de não-público, desenvolvido a partir da definição de ralé estrutural (Souza, 2011). O não-público se configura a partir de sujeitos que não dispõem dos capitais econômicos, sociais e culturais mínimos para que sejam enquadrados como usuários(as) da informação – nem mesmo como um(a) usuário(a) em potencial. Portanto, o conceito de não-público carrega em seu cerne o marcador da diferença de classe social.

Além disso, outros marcadores sociais, como gênero, raça/etnia e deficiência (física, mental, intelectual, sensorial e múltipla), reforçam a invisibilidade social dos sujeitos, em virtude da falta de condições equânimes, ampliada por interseccionalidades e dominação colonial/capitalista. Muitas vezes, essas diferenças não são acolhidas pelas unidades de informação. Portanto, compreender esses marcadores pode auxiliar no processo de formação dos(as) profissionais da informação, por meio da elucidação das dimensões da mediação da informação propostas por Henriette Gomes (2020).

Quanto à metodologia, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, desenvolvida por meio do método bibliográfico, considerando os aspectos teóricos e conceituais que subsidiaram a discussão crítica sobre como os marcadores sociais da diferença se relacionam com os(as) usuários(as) da informação. Para tanto, problematizam-se quatro marcadores sociais da diferença – classe social (Grohmann, 2013; Gaiger, 2019); gênero (Scott, 1990); raça (Munanga, 2003; Melo, 2019); e deficiência (física, mental, intelectual, sensorial e múltipla) – numa visão interseccional e decolonial, contemplando o conceito de práticas informacionais, por meio das contribuições de Savolainen (2006) e Araújo (1998, 2012, 2013, 2017), com base na perspectiva social de como os sujeitos se relacionam com a informação em determinado contexto. Abordam-se, ainda, as dimensões da mediação da informação propostas por Henriette

Gomes (2019, 2020) como alternativa epistemológica em prol do protagonismo social dos sujeitos subalternizados, sobretudo nas unidades de informação.

2. A abordagem social da informação e o conceito de práticas informacionais

Esta seção contextualiza o(a) usuário(a) da informação a partir das práticas informacionais e do paradigma social da informação. A Ciência da Informação, desde seu surgimento, tem se dedicado a estudar não só sistemas e serviços de informação, mas o próprio sujeito informacional: aqueles(as) que buscam e usam os sistemas e serviços informacionais (Araújo, 2013). Nessa perspectiva, o filósofo Rafael Capurro (2003, não paginado) reconhece que a Ciência da Informação vem ampliando reflexões quanto ao seu objeto de estudo, a partir de três paradigmas: físico, cognitivo e social. Fundamentado nisso, Araújo (2012) destaca que eles asseguram diferentes abordagens para a subárea dos estudos de usuários: a tradicional, a alternativa e a social. Este artigo centra-se no paradigma social e nos estudos em práticas informacionais (Araújo, 2020).

O estudo de práticas informacionais surgiu como crítica para superar os estudos de comportamento informacional e suprir as limitações encontradas nas abordagens tradicional e alternativa. Nesse sentido, percebe-se que a perspectiva dos estudos das práticas informacionais busca entender a interação dos sujeitos com a informação, a partir do contexto social e histórico no qual estão inseridos, investigando os aspectos relacionados à busca por informação influenciada pela interação social e entendendo que “[...] o fenômeno informacional se dá a partir de um sujeito cognitivo inserido num determinado contexto social e, conseqüentemente influenciado por esse contexto [...]” (Araújo, 1998, p. 155).

As práticas informacionais surgem, na teoria social, com foco na interação, por meio da “ação recíproca” das significações, na qual sujeito e contexto são simultaneamente afetados.

Numa perspectiva interacionista, pragmática, o usuário não é totalmente determinado pelo contexto em que está inserido, nem é totalmente isolado ou alheio a ele; a determinação que o contexto exerce existe, é real, mas não é mecânica nem absoluta, é interpretada e alterada pelo sujeito. [...] os contextos sociais também são influenciados a partir das relações estabelecidas por esse mesmo usuário, alterando os processos de busca e uso da informação (Araújo, 2012, p. 149).

Assim, as práticas informacionais buscam compreender as relações sociais e individuais de como interagir com a informação, “[...] num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa” (Araújo, 2017, p. 221).

Em 1996, a Finlândia sediou o *Information Seeking in Context*, evento considerado por Savolainen (2006) como marco do estudo em práticas informacionais, pois, na ocasião, foram apresentadas pesquisas que debateram questões relacionadas à importância do contexto nos processos de busca, uso, compartilhamento e armazenamento da informação. A partir de então, surgiu o uso da terminologia ‘práticas informacionais’ para os estudos que investigam como se dão os inter-relacionamentos entre o sujeito e a informação. Dessa maneira, o finlandês Reijo Savolainen é considerado um dos pioneiros na abordagem das práticas informacionais.

Para as autoras Janicy Rocha e Tatiane Gandra (2018), as práticas informacionais surgem como uma perspectiva de investigação pautada na interação entre sujeito e informação, contemplando contextos, como o cotidiano acadêmico e profissional, com pesquisas que possibilitam “[...] revelar categorias passíveis de serem qualificadas; e não quantificadas”. (Rocha; Gandra, 2018, p. 589). Portanto, uma proposta de abordagem social para os estudos de usuários de caráter qualitativo. É pertinente compreender como os estudos em práticas informacionais se relacionam com os conceitos de mediação da informação e protagonismo social no contexto da CI, aspecto discutido no próximo tópico.

3. Mediação da informação e protagonismo social

A mediação da informação tem como objetivo promover o processo de interferência na relação do(a) profissional da informação com os(as) usuários(as), estimulando a apropriação da informação e o protagonismo social. Na CI, a mediação da informação é conceituada como

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 15).

Dessa maneira, entende-se que a mediação está além do ato – do(a) profissional da informação – de entregar ao(à) usuário(a) o material solicitado: ela possibilita o encontro do(a) usuário(a) com a informação. Nesse conceito, o autor destaca dois pontos: a interferência e a apropriação da informação. Desse modo, para o autor, a mediação só ocorre quando há interferência de alguém, que é denominado(a) mediador(a). A apropriação se dá pela interação do(a) usuário(a) com a informação, que é imbricada de significados oriundos do(a) usuário(a) no processo que agrega novas informações. Almeida Júnior (2009) chama atenção para a ideia

de neutralidade do(a) mediador(a) no processo de mediação, destacando que existe uma “[...] linha tênue entre interferência e manipulação. A consciência de sua existência, bem como da realidade da interferência, permite não a eliminação da manipulação, mas a diminuição de seus riscos e de suas consequências” (Almeida Júnior, 2009, p. 94).

Assim, as práticas do(a) profissional da informação incidem em atuar de forma ética e consciente, percebendo a importância de agir de maneira colaborativa e proporcionando a democratização e acesso à informação. Nesse sentido, Henriette Gomes (2019)

[...] ressalta a natureza social da informação, resultante do processo dialógico que sustenta e subsidia a geração do conhecimento, por potencializar a capacidade humana de interpelar, de interferir, de criar e recriar o próprio conhecimento anteriormente instituído e o próprio mundo. Sendo assim, qualquer conhecimento ou autoconhecimento é dependente do compartilhamento do que já se pôde conhecer [...] (Gomes, 2019, p. 14).

Ela atesta que a informação é fruto do processo de compartilhamento do conhecimento, que ocorre na efetividade da comunicação que promove a partilha “[...] capaz de fazer o conhecimento transitar da esfera singular e privada à esfera do coletivo, do público e do social”. (Gomes, 2020, p. 9). A autora (2020) defende que o alcance das cinco dimensões de mediação da informação – a saber: dialógica, estética, formativa, ética e política – estimula a apropriação da informação e potencializa o desenvolvimento do protagonismo social.

A mediação da informação e suas dimensões direcionam os(as) profissionais da informação para o exercício da práxis, atuando com consciência e intencionalidade nas ações de interferência, sobretudo voltadas aos(às) usuários(as) com marcadores de classe social, raça/etnia, gênero e deficiência, e, assim, contribuindo com o acolhimento a diversidade sem opressão. Nessa perspectiva, Santos, Sousa e Almeida Júnior (2021, p. 349) defendem que

O profissional da informação precisa entender a responsabilidade das ações mediadoras para com o outro e perceber que esse agir vai além dos espaços de atuação profissional. É nessa ação, que se prolonga entre os espaços sociais, que o profissional da informação se reconhece como mediador e atuará em consonância com os sentimentos, as percepções e as necessidades do usuário, que identificará a relevância da mediação para cumprir seu papel social.

Assim, a atuação do(a) profissional da informação, quando ocorre de maneira consciente e pautada na responsabilidade e empatia, possibilita o atendimento das demandas informacionais do(a) usuário(a), possibilitando a apropriação da informação e o desenvolvimento do protagonismo social.

As relações entre protagonismo social e mediação da informação sinalizam que o primeiro pode ser favorecido pela realização consciente da ação mediadora, o que

evidencia o apoio desta a esse desenvolvimento, ganhando status nuclear no âmbito da relação entre a responsabilidade social do trabalho com a informação (Gomes, 2019, p. 11).

A mediação da informação, realizada de maneira consciente, impulsiona o alcance das cinco dimensões, que, por sua vez, contribui para a apropriação da informação e possibilita o desenvolvimento do protagonismo social. Esse processo deve considerar o(a) usuário(a) da informação a partir dos marcadores sociais da diferença, discutidos no tópico a seguir.

4. Sujeito informacional e os marcadores sociais da diferença

Como visto, no âmbito do estudo em práticas informacionais, o(a) usuário(a) da informação passa a ser compreendido(a) como um sujeito informacional, isto é, uma pessoa inserida num contexto social, econômico, político e histórico específico e que atribui significados à informação de forma intersubjetiva.

No âmbito das Ciências Humanas e Sociais, alguns teóricos, como Émile Durkheim, dedicaram-se ao estudo da realidade social, privilegiando o condicionamento das estruturas sociais sob o indivíduo, enquanto outros consideram a ação do indivíduo como elemento essencial da construção da realidade social, como Max Weber. Pierre Bourdieu, a partir da praxiologia, busca superar essa dicotomia indivíduo versus sociedade, compreendendo que tanto o indivíduo é agente no processo de construção da realidade social, quanto se constitui a partir das estruturas sociais – ideia expressa no conceito de *habitus*, que é “adquirido mediante a interação social e, ao mesmo tempo, é o classificador e o organizador desta interação. É condicionante e é condicionador das nossas ações” (Thiry-Cherques, 2006, p. 33).

Diante disso, importa elucidar que as relações na sociedade são permeadas por marcadores sociais da diferença, que resultam na falta de equidade, gerando desigualdade e, por vezes, invisibilidade social. Nessa perspectiva, os sujeitos informacionais podem ter mais de um marcador, o que reforça sua condição de subalternização, em detrimento de uma parcela da população que esbanja privilégios, resultantes de uma construção histórica ancorada em relações de dominação e violência.

O conceito da interseccionalidade, elaborado pelas teóricas feministas negras, foi balizado por Kimberlé Crenshaw, em 1989 (Gomes; Côrtes, 2020). Nessa direção, concebe-se interseccionalidade como:

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Nesse caso, cada marcador é somado a outros nas especificidades individuais que são vivenciadas socialmente. Portanto, considerar que uma mulher negra tem marcador de gênero e de raça/etnia é perceber que ela sofre discriminação e preconceito que a estigmatizam a partir da combinação desses dois eixos de opressão.

Aborda-se, ainda, os marcadores sociais da diferença a partir da decolonialidade, tendo em vista que “a perspectiva decolonial desnuda as consequências da modernidade, especialmente, sobre corpos e modos de vida de grupos e sujeitos que foram hierarquizados a partir de categorias de gênero, raça/etnia e classe” (Mazzetti; Wedig; Oliveira, 2020, p. 77).

Nesse sentido, Santos e Meneses (2009) explicam como a dominação colonial e capitalista resultou em epistemologias dominantes, que levaram “à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade” (p. 7). Além de analisar e criticar esse cenário, os autores propõem uma alternativa nomeada de Epistemologias do Sul, definida como:

Um conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos de ecologias de saberes. (Santos; Meneses, 2009, p. 7)

Com o objetivo de discutir marcadores sociais da diferença a partir dos sujeitos participantes das práticas informacionais, problematiza-se, a seguir, a concepção de classe social.

4.1. Classe social

O conceito está atrelado ao surgimento e à consolidação do sistema capitalista, pois “[...] as relações de classe são determinadas pelas relações sociais de produção, considerando como fundamentais as relações de propriedade e a exploração” (Grohmann, 2013, p. 6).

Para Grohmann (2013), a classe social surge a partir das relações, quando há dominadores e dominados. A análise da diferença social, portanto, não está afastada da análise dos conflitos e das lutas. Nesse sentido, Gaiger (2019, p. 3) argumenta que:

[...] o conceito de classes está umbilicalmente ligado à desigualdade e à exploração: seu cerne reside na presença de um mecanismo de expropriação da riqueza, ocasionando sua transferência unilateral ou desigual de uns para outros. Essas relações engendram um quadro de interdependência conflitiva e potencialmente explosiva, cuja resultante é a coexistência de grupos antagônicos – as classes [...].

Após essa breve contextualização, discute-se o conceito de usuário(a) da informação no âmbito das práticas informacionais e sua relação com o marcador classe social. Rabello e Almeida Júnior (2020, p. 2) conceituam usuário(a) da informação como “sujeito pertencente ao público de interesse dos profissionais mediadores de informação”. Os autores argumentam que tais profissionais consideram a existência de dois tipos de usuários(as) nas unidades de informação: o(a) usuário(a) efetivo(a) – ou seja, aquele(a) que acessa e usa os serviços – e o(a) potencial – a pessoa que pode se tornar um(a) usuário(a) efetivo(a).

Importa ressaltar que mesmo o(a) usuário(a) em potencial tem um padrão composto por características mínimas necessárias para ser atendido(a) pela unidade, como a capacidade de leitura. Em outras palavras, são sujeitos que têm “algum privilégio individual/social (capitais econômico, cultural e social)” (Rabello; Almeida Junior, 2020, p. 1). Dessa forma, os(as) profissionais da informação desenvolvem ações voltadas para o público, que é formado pelos sujeitos que se enquadram nessas categorias de usuários(as).

Porém, pessoas com marcadores sociais que as diferenciam – por exemplo, as não alfabetizadas – dificilmente encontrarão uma unidade de informação preparada para atendê-las, pois são consideradas não-público. Rabello e Almeida Júnior (2020) discutem a invisibilidade social referente ao conceito de usuário(a) da informação, a partir das classes sociais, ao propor uma conexão entre ralé estrutural (Souza, 2011) e não-público.

O conceito de “ralé estrutural” apresenta um contraponto ao de usuário de informação relativamente à desigualdade em classes sociais. Já o conceito de não-público, quando apreendido como ralé estrutural, reforça o contraste ao conceito usuário de informação (Rabello; Almeida Júnior, 2020, p. 1).

Do ponto de vista semântico, o termo ralé é controverso, por ser usado de forma pejorativa em referência às pessoas que pertencem a classes sociais mais vulneráveis. Em consulta ao dicionário, o verbete apresenta alguns sinônimos como plebe, bagaceira, escória, gentalha, gatinha, lixo, populacho e povaréu. E antônimos como alta-roda, aristocracia, elite,

fidalgua, grã-finagem, nata, nobreza e (alta) sociedade (Houaiss *et al.*, 2003, p. 557). Percebe-se que a palavra define a posição social do indivíduo de maneira estigmatizada, inclusive em relação aos antônimos que contemplam as pessoas das classes sociais abastadas como seres superiores, enquanto os indivíduos da ralé nem são considerados pessoas, com o uso de sinônimos como lixo e gentinha.

A despeito disso, Souza (2011) justifica a adoção do termo ralé estrutural como algo provocativo, com o intuito de chamar atenção para a situação, embora acabe por reforçar as vozes da classe dominante, que adota o referido termo.

É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal (Souza, 2011, p. 21).

A ralé estrutural, de acordo com Souza (2011), é formada pelas pessoas que estão na base da pirâmide social, isto é, sem acesso aos capitais econômico e cultural mínimos, bem como às condições básicas de existência. Além disso, carregam um estigma que é reforçado pela violência simbólica dos discursos meritocráticos que imputam a essas pessoas o rótulo de moralmente inferiores.

Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. (Souza, 2011, p. 21).

Além de discutir o termo ralé estrutural a partir do conceito de usuário(a) da informação, as contribuições de Rabello e Almeida Junior (2020) contemplam o conceito de não-público. Para tanto, os autores adotam como “tipo ideal” de unidade de informação a biblioteca, para explicitar os conceitos de “biblioteca verdadeiramente pública” ou “biblioteca-ação cultural”, propostos por Victor Flusser (1980;1983), sob a influência da obra de Paulo Freire. “Tal propositura permitiu ao autor diferenciar o ‘público’, composto por usuários efetivos ou potenciais, do ‘não-público’, referente aos não-usuários ou aos indivíduos em situação de invisibilidade social” (Rabello; Almeida Junior, 2020, p. 3).

Diante do exposto, percebe-se que a classe social é um marcador que pode determinar as condições de busca, acesso, uso e apropriação da informação. Dificilmente uma pessoa com baixos níveis de capital econômico e social alcança capital cultural necessário para ter suas

demandas informacionais atendidas por uma unidade de informação, sobretudo em relação ao letramento. Aos(às) profissionais da informação, por meio da dimensão dialógica da mediação, sugere-se acolher e propor estratégias que viabilizem o início desse processo, a despeito das limitações políticas e estruturais da unidade de informação. Com o objetivo de ampliar a discussão sobre os marcadores sociais da diferença, aborda-se, a seguir, o conceito de gênero como mais um marcador.

4.2. Gênero

A discussão sobre gênero é pertinente, no contexto dos sujeitos informacionais, por ser um marcador social da diferença que tem diversidade intrínseca: sua relação com padrões hegemônicos que alicerçam discriminações e opressões em relação às mulheres e à comunidade LGBTQIAPN¹. Além disso, do ponto de vista praxiológico, a construção de epistemologias de gênero é resultante, também, das lutas contra as opressões do patriarcado em busca da equidade de gênero e contra a LGBTfobia, que fomenta cotidianamente as violências física, psicológica, sexual e simbólica causadoras de mortes de pessoas LGBTQIAPN+. É fundamental destacar que os movimentos feministas foram protagonistas nas lutas e reivindicações para que as mulheres fossem sujeitos de direitos. Ao longo dos séculos, em distintas localidades e períodos sócio-históricos, as feministas dinamizaram ações de resistência para o enfrentamento ao sexismo. No âmbito das elaborações epistemológicas e práticas informacionais elaboradas pelas teóricas feministas negras em articulação com os movimentos feministas, destaca-se o conceito gênero (Gomes; Côrtes, 2020; Côrtes; Martins, 2020).

O conceito de gênero, proposto por Joan Scott (1990), tem um núcleo semântico composto por duas proposições fundamentais que estão interligadas. A primeira delas afirma que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (p. 86), e a segunda defende que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 86).

A primeira proposição aborda a questão da diferenciação percebida entre os sexos nas relações sociais. Fundamenta-se, portanto, na construção social que determina o que é ser

¹ LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agêneros, Pansexuais/Polissexuais, Não-binárias e mais (+).

homem e o que é ser mulher, atribuindo um papel social, resultante da cultura, a partir de um conjunto de diretrizes que condicionam o que se deve ser, antes mesmo do nascimento. Tendo em vista que a segunda proposição se conecta com a primeira, ela reflete tal diferenciação entre os sexos ao conferir significado às relações de poder que são construídas nas interações sociais, determinando um conjunto de comportamentos, maneiras de ser e agir, considerados adequados ao homem e à mulher.

De acordo com Joan Scott (1990), o conceito de gênero abrange quatro elementos que fazem parte da sua primeira proposição (relações sociais fundamentadas nas diferenças percebidas) e estão em inter-relação. O primeiro elemento se refere às representações simbólicas, por vezes contrastantes, construídas a partir da cultura. Entre elas, Joan Scott (1990) exemplifica a simbologia de Eva e de Maria, advindas da tradição cristã ocidental. Enquanto Eva é a mulher que desobedeceu a Deus e provou do fruto proibido da árvore do conhecimento, Maria é o exemplo imaculado da mulher obediente que recebeu a dádiva de ser a mãe do filho de Deus. Tais representações têm caráter maniqueísta e simplista, e são adotadas como parâmetro de julgamento do comportamento da mulher na sociedade.

O segundo elemento consiste nos conceitos normativos que determinam o significado dos símbolos, limitando as possibilidades de compreensão e dificultando uma interpretação que não esteja alicerçada em metáforas já consolidadas. Portanto, o caráter simbólico é encapsulado pelos conceitos normativos, de maneira que não há espaço para a desconstrução.

Joan Scott (1990) elenca, como terceiro elemento, o caráter político relacionado às instituições e à organização social, visando discutir a importância da desconstrução da representação binária de gênero. Nesse sentido, os papéis de mulher e homem no âmbito familiar estão claramente definidos, sendo estendidos aos outros espaços sociais – como o mercado de trabalho e o contexto educacional, que dita o que estudar e que profissão exercer, de acordo com cada gênero. No âmbito político, em virtude das relações de poder entre gêneros, por muito tempo a mulher não teve direito ao voto, tampouco a se candidatar a um cargo público – o que repercute na pequena representação de mulheres na política em detrimento dos homens, que ocupam organizações e elaboram leis e políticas públicas que, em grande parte, desconsideram a equidade de gênero.

O quarto e último elemento citado por Joan Scott (1990) refere-se à identidade subjetiva. A autora defende que, apesar da psicanálise ter contribuído para a investigação desse aspecto,

há uma lacuna em relação à historicidade, pois, para a psicanálise, a identidade de gênero “está baseada única e universalmente no medo da castração” (p. 87). Diante disso, faz-se necessário compreender como as identidades de gênero são construídas num contexto social específico, considerando sua relação com as organizações e representações sociais.

Em relação aos quatro elementos que compõem a primeira proposição do conceito de gênero, Joan Scott (1990) defende que um não pode ser considerado sem um dos outros três, tendo em vista a inter-relação entre eles, abrangendo as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.

Além dos desafios para as mulheres, é notório que, no contexto dos sujeitos informacionais, nem sempre a biblioteca é um espaço amistoso para pessoas LGBTQIAPN+ que buscam informações sobre questões relacionadas a gênero. É um problema de ordem histórica e institucional, expresso, por exemplo, na forma como os assuntos são organizados e classificados, resultando em situações preconceituosas e LGBTfóbicas. Em relação à hierarquização entre os termos na organização do conhecimento, Smiraglia (2006, p. 186, tradução nossa) exemplifica que : “E quando um adolescente gay busca na literatura uma ajuda para se entender e descobre que tudo o que encontra está subordinado ao termo “perversão” então nós oprimimos mais um jovem [...]”.

Diante desse tipo de violência simbólica, percebe-se que a discussão sobre a dinâmica de gênero é urgente e necessária para a construção de uma cultura de equidade e acolhimento baseada no respeito às diferenças entre os gêneros – sobretudo em relação à hegemonia da lógica binária. Mudanças de ordem macroestrutural demoram tempo para acontecer; porém, profissionais que desenvolvem as dimensões da mediação da informação estarão sensíveis a questões como essas, minimizando os danos causados pelos grupos dominantes, que elaboram esses instrumentos de organização do conhecimento a partir de uma perspectiva colonizadora ocidental do homem branco, cristão, heterossexual e pertencente às classes abastadas da sociedade.

Somada à questão de gênero, numa perspectiva interseccional, discute-se, no tópico seguinte, o marcador social da diferença raça/etnia.

4.3. Raça e etnia

O conceito de raça origina-se etimologicamente do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Em seguida, passou a designar descendência, linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral e, conseqüentemente, algumas características físicas em comum (Munanga, 2003).

Buscando a justificativa que motivou a classificação da diversidade humana em diferentes raças, Munanga (2003) entende que um fato incontestável é a variabilidade humana, no contexto de estudos científicos, para a classificação da diversidade humana. Porém, culminou “numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo” (Munanga, 2003, p. 2). Com intuito de facilitar a busca e manter um nível de organização, o ser humano desenvolve a aptidão cognitiva de classificar naturalmente tudo que observa ou está ao seu alcance, estabelecendo alguns critérios de dicotomia entre semelhança e diferença.

No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d'água entre as chamadas raças. Por isso, a espécie humana ficou dividida em três raças estancas que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. Ora, a cor da pele é definida pela concentração da melanina. [...] No século XIX, acrescentou-se ao critério da cor outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial, etc (Munanga, 2003, p. 2).

Para o autor (2003), o maior problema não está em classificar a raça como tal, mas em hierarquizar a raça, ou seja, atribuir uma escala de valores entre raças, elegendo uma relação “intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais” (p. 5). Com isso, os sujeitos da raça “branca” foram determinados como superiores aos da raça “negra” e da raça “amarela”. Munanga (2003, p. 6) afirma, ainda, que o uso do conceito de raça nada tem a ver com o cunho biológico, mas sim com o ideológico, “pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”. Com isso, o autor entende que:

A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam [...] No entanto, o conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão (Munanga, 2003, p. 3).

Diante do exposto, percebe-se que a diversidade genética é algo indispensável à sobrevivência da espécie humana. Contudo, uma sociedade que age de maneira igualitária deve oferecer aos diferentes indivíduos a possibilidade de escolher entre caminhos, meios e modos

de vida diferentes, de acordo com as disposições naturais de cada um, respeitando, assim, o indivíduo em suas particularidades, “como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento do direito que tem toda pessoa e toda cultura de cultivar sua especificidade, pois fazendo isso, elas contribuem a enriquecer a diversidade cultural geral da humanidade” (Munanga, 2003, p. 4).

Enquanto o conceito de raça demonstra um conteúdo morfológico, o conceito de etnia está interligado aos fatores sociais, culturais, históricos e psicológicos. Assim, etnia seria: “Um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (Munanga, 2003, p. 3)

Como apontam Santos e Meneses (2009, p. 12), o fim da dominação do colonialismo político de povos e nações “não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado”. A opressão exercida por essa colonialidade atinge os grupos historicamente marginalizados, como as mulheres negras. Para Daniella Melo (2019, p. 15-16), os papéis a elas atribuídos não são naturais ou biológicos: “eles são, antes de tudo, construídos socialmente e definidos através de normas e costumes criados e reforçados por diferentes meios com a finalidade de legitimar e perpetuar as relações de dominação”.

Diante disso, é fundamental que os(as) profissionais de informação estejam sensíveis ao atendimento da população negra, sobretudo no que diz respeito às questões identitárias de uma cultura que, historicamente, é violentamente apagada por meio da dominação colonial e capitalista.

Por essa proposta estar alinhada ao conceito de interseccionalidade, a seguir discute-se a deficiência, como mais um marcador social da diferença, a compor esse quadro teórico.

4.4. Deficiência (presença/ausência)

A deficiência (física, mental, intelectual, sensorial e múltipla) é um dos marcadores sociais a ser considerado nas práticas desenvolvidas pelos(as) profissionais da informação, sobretudo no atendimento às pessoas que convivem com ela. Ana Maria Pereira (2008) propõe o uso das palavras capacitismo e capacitista, como uma tradução dos termos em inglês *ableism*

ou *disablism*, cujo significado é análogo aos termos sexismo e homofobia, usados em outros contextos de opressão. O conceito abrange tanto a

[...] discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência de forma activa (por exemplo, através de insultos e considerações negativas ou arquitectura não acessível), como de forma passiva (por exemplo, quando se tem um discurso sobre as pessoas com deficiência que as considera merecedoras de pena e caridade, em vez de as ver como pessoas de plenos direitos). Este termo é fundamental em qualquer discussão da deficiência que parta do ponto de vista emancipatório de que as pessoas com deficiência são socialmente oprimidas [...] (Pereira, 2008, p. 18-19).

Nessa perspectiva, observa-se que há dois eixos interdependentes que afetam o processo de busca, acesso, uso e apropriação da informação por parte das pessoas com deficiência. O primeiro tem carácter macro, relacionado às políticas institucionais e investimentos em recursos que promovam a acessibilidade, como tecnologias assistivas e questões previstas em normas, protocolos e leis – mas que, na maioria das vezes, não são cumpridas. O segundo eixo refere-se às ações que estão ao alcance dos(as) profissionais que atendem às pessoas com deficiência, como formações específicas em Libras, e, em relação às dimensões da mediação, buscar construir um espaço de acolhimento e respeito à diferença. Adenize de Farias (2017) apresenta um panorama das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência:

Uma pessoa com deficiência física, por exemplo, é comumente impedida de exercer o direito de ir e vir, já que encontra dificuldade de ocupar determinados ambientes, pouco ou nada acessíveis diante desta diferença. Por estarem imersas em uma sociedade visuocêntrica, pessoas cegas deparam-se diariamente com uma série de obstáculos no tocante ao acesso às informações, cujos formatos, em geral, estão indisponíveis a elas. Já as pessoas surdas enfrentam o desafio de comunicar-se numa sociedade em que a língua de sinais sequer é utilizada nos serviços de atenção básica à saúde e educação, cerceando-lhes o direito de expressar suas necessidades. Não menos desafiadoras são as barreiras permanentemente enfrentadas por pessoas que apresentam dificuldades cognitivas que, em face das dificuldades de compreensão e de expressão de seus sentimentos, sentem-se marginalizadas inclusive dentro do movimento das pessoas com deficiência, nos quais, geralmente, suas vozes não são privilegiadas (Farias, 2017, p. 111).

Farias (2017) defendeu uma tese sobre mulheres com deficiência, na qual elucida que o capacitismo, juntamente com as desigualdades de gênero, precarizam a vida dessas mulheres, “resultando para elas em experiências de exclusão e negação do direito de tomar decisões em relação ao seu corpo, aos seus sentimentos e às suas necessidades” (p. 18). Dessa forma, percebe-se que, na perspectiva interseccional, cada marcador social da diferença agrega mais uma carga de opressão e exclusão, como é o caso das mulheres com deficiência.

Adenize de Farias (2017) ressalta que, de fato, o conceito de capacitismo ainda é pouco presente na literatura brasileira sobre deficiência, e que o termo “denuncia a utilização de concepções equivocadas acerca da incapacidade das pessoas com deficiência” (p. 15). Por isso

a importância de se discutir essa questão, que extrapola o âmbito acadêmico, como forma de mitigar a violência simbólica e a opressão sofridas pelas pessoas com deficiência, sobretudo porque comportamentos capacitistas resultam na inferiorização do ser humano, já que a sociedade construiu, historicamente, a ideia de corpos considerados “normais”, tratando tudo o que é diferente como algo menor. Para Adenize de Farias (2017, p. 19), “[...] é na mentalidade e no imaginário social, disseminados por meio de uma série de artefatos culturais discriminatórios, que se encontra a raiz dessas manifestações tão perversas de exclusão”. Essas manifestações, naturalizadas socialmente, reforçam a discriminação, promovendo práticas de marginalização, seja em casa, na escola ou no mundo do trabalho, que tendem a levar as pessoas com deficiência ao isolamento.

A lógica capacitista se configura como uma mentalidade que lê a pessoa com deficiência como não igual, incapaz e inapta tanto para o trabalho quanto para, até mesmo, cuidar da própria vida e tomar as próprias decisões enquanto sujeito autônomo e independente. Tudo isso porque, culturalmente, construiu-se um ideal de corpo funcional tido como normal para a raça humana, do qual, portanto, quem foge é tido, consciente ou inconscientemente, como menos humano (Andrade, 2015, p. 3).

No âmbito das políticas públicas, os avanços são recentes, tendo em vista que, até 2009, vigorou o Decreto nº 5.296/2004, baseado no modelo médico, que define a pessoa com deficiência como alguém “que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade” (Brasil, 2004). No entanto, o modelo social foi estabelecido a partir do Decreto nº 6.949/2009, que “Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007” (Brasil, 2009), reconhecendo em seu preâmbulo que:

[...] a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2009).

Assim, sendo um marcador social da diferença, a deficiência deixa de ser abordada como uma questão relacionada apenas ao corpo do indivíduo para se tornar algo de interesse social, em virtude da experiência de exclusão, comum às pessoas com deficiência. Portanto, o modelo social evidencia que:

[...] todos os deficientes experimentam a deficiência como restrição social, não importando se essas restrições ocorrem em consequência de ambientes inacessíveis, de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade da população em geral para utilizar a linguagem de sinais, da falta de material em braille ou das atitudes públicas hostis das pessoas que não têm lesões corporais visíveis (Bampi; Guilhem; Alves, 2010, p. 8).

Por fim, discutir o marcador social deficiência no contexto das práticas informacionais é uma questão necessária, cabendo ao(a) profissional da informação buscar eliminar barreiras, “principalmente as atitudinais, e ser competente em suas funções, para o que é necessário que sempre aprimore suas competências e encontre recursos para essa finalidade, como capacitações e protocolos” (Assis; Diniz, 2017, p. 8).

O processo de mediação da informação perpassa pelo conhecimento e reconhecimento dos marcadores sociais da diferença, tendo em vista que os sujeitos informacionais, numa perspectiva interseccional, apresentam camadas de opressão que são sobrepostas. Portanto, a busca, o acesso, a circulação e a apropriação da informação serão mais efetivos quando o(a) profissional da informação estiver atento(a): à questão do letramento, em relação às classes sociais; à construção de uma cultura de equidade e acolhimento, a partir do gênero; às questões identitárias da população negra; e à eliminação de barreiras técnicas e atitudinais para pessoas com deficiência.

5. Considerações finais

Os marcadores sociais da diferença permeiam as relações em sociedade de forma histórica e estrutural, inclusive nas unidades de informação, cujas políticas institucionais são pautadas numa dominação exercida pelo colonialismo e capitalismo modernos, que violenta e invisibiliza os sujeitos informacionais que não atendem aos critérios instituídos como “normais”. No entanto, nos limites da atuação do(a) profissional da informação, ações mediadoras exercidas de forma consciente contribuem para a criação de um espaço de acolhimento às diversas diferenças, no qual a apropriação da informação seja possível e, de fato, transformadora, a partir do protagonismo social.

Nesse sentido, acredita-se que o objetivo proposto neste artigo foi cumprido, pois foram apresentadas contribuições de teóricos(as) que se dedicam aos conceitos relacionados à temática, além da contextualização dos marcadores sociais da diferença com os sujeitos das práticas informacionais e da discussão sobre mediação da informação para o protagonismo social dos sujeitos subalternizados.

Por fim, essas questões não se esgotam aqui, apontando a necessidade de aprofundamento e aumento de pesquisas e discussões que evidenciem o comprometimento das

unidades de informação com serviços e produtos para sujeitos informacionais efetivos e potenciais, mediante seus marcadores sociais da diferença, tendo em vista que a construção histórica brasileira está fundada nessa diversidade. E é nessa relação de alteridade que se começa a pavimentar o caminho para uma sociedade mais justa, humana e equitativa, protagonista da sua história e capaz de resistir à dominação da colonialidade branca e capitalista.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ANDRADE, Sidney. Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz? **As Gordas**, 03 dez. 2015. Disponível em: <https://asgordas.wordpress.com/2015/12/03/capacitismo-o-que-e-onde-vive-como-se-reproduz>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Os estudos em práticas informacionais no âmbito da Ciência da informação. *In*: ALVES, Edvaldo Carvalho *et al.* (Orgs.). **Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

ARAÚJO, Carlos. Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da informação com as ciências humanas e sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: Universidade Federal de Itajubá, 2013.

ARAÚJO, Carlos. Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

ARAÚJO, Carlos. Alberto. Ávila. O que são práticas informacionais? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., out. 2017.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A construção da informação: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais/ONGs brasileiras**. 1998. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

ASSIS, Josiane Braz de; DINIZ, Cládice Nóbile. Atendimento a pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 28., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília:

UNESP, ANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104222>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elionai Dorneles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, [9 telas], ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 de dez. 2004. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=03/12/2004>. Acesso em: 20 de dez. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de ago. 2009. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=26/08/2009>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANCIB, 2003. 1 CD-ROM.

CÔRTEZ, Gisele Rocha.; MARTINS, Gracy. Kelli. Protagonismo social das mulheres na associação nacional de pesquisa em ciência da informação: apontamentos iniciais. *In*: Franciéle Carneiro Garcês da Silva; Nathália Lima Romeiro. (Org.). **O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação**: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latino-americanas. João Pessoa: Rocha Gráfica e Editora, 2020, v., p. 1-492.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FARIAS, Adenize. Queiroz de. **Trajetórias educacionais de mulheres**: uma leitura interseccional da deficiência. 2017. 137f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FOX, Melodie. J.; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; MILANI, Suellen Oliveira. A interseccionalidade e o respeito às pessoas. *In*: ALVES, M. A.; GRÁCIO, M. C. C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (Orgs.). **Informação, conhecimento e modelos**. Marília: Oficina universitária, 2017. (Coleção CLE, v. 78). p. 239-254.

GAIGER, Luiz Inácio. Classe social: atualidade e desdobramentos de um conceito. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 43., 2019, Caxambu. **Anais eletrônicos** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2019. p. 1-29.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo Social e Mediação da Informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019.

GOMES, Henriette Ferreira; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. *In: ALVES, Edvaldo Carvalho; BRASILEIRO, Felipe Sá; CÔRTEZ, Gisele Rocha; MELLO, Daniella Alves de (Org.). Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

GROHMANN, Rafael. O conceito de classe social no marxismo: correntes e atualidade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 14, n. 105, p. 3-18, ago./dez. 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales; FRANCO, Francisco Manoel de Melo. **Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MAZZETTI, Antônio Carlos; WEDIG, Josiane Carine; OLIVEIRA, Marlize Rubin. Interseccionalidade de gênero, raça e classe: uma análise da educação superior no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 4, out./dez, 2020. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>. Acesso em 12 dez. 2022

MELO, Daniella Alves de. **Práticas informacionais e a construção da competência crítica em informação: um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba**. 2019. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05 nov. 03. Disponível em: encurtador.com.br/gAKT8. Acesso em 25 nov. 2022.

PEREIRA, Ana Maria Baila Albergaria. **Viagem ao interior da sombra: deficiência, doença crônica e invisibilidade numa sociedade capacitista**. 2008. 256f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Mestrado e Doutorado “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra.

RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em

unidades de informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-24, out./dez. 2020.

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira.; GANDRA, Tatiane Krempser. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Informação e Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 566-595, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Alamedina, 2009.

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Os valores pragmático, afetivo e simbólico no processo de mediação consciente da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 343-362, jan./mar. 2021.

SAVOLAINEN, Reijo. Everyday life information seeking. *In*: FISHER, Karen E.; ERDELEZ, Sandra; McKECHNIE, Lynne E. F. (Eds.). **Theories of information behavior**. Medford: Information Today, 2006. p. 143-148.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SMIRAGLIA, Richard P. Curating and virtual shelves: an editorial. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 33, n. 4, p. 185-187, 2006.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/3bmWVYMZbNqDzTR4fQDtGRs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2022.

Artigo submetido em: 28 dez. 2022

Artigo aceito em: 31 out. 2023